



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
Direito Imobiliário Aplicado

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso.....	3
3. Público-Alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso	4
7. Competências e Habilidades do Curso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9. Estágio Não Obrigatório.....	8
10. Matriz Curricular	10
11. Carga Horária.....	11
12. Conteúdo Programático.....	11
13. Infraestrutura Física e Pedagógica.....	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito Imobiliário Aplicado.

Área de Avaliação (CAPES): Direito.

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (6000007)

Área do Conhecimento (CAPES): Direito.

Classificação OCDE: Negócios, Administração e Direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 200 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso se destina a Advogados, defensores públicos, promotores de justiça, magistrados e demais operadores jurídicos que atuem na área do Direito Imobiliário; Profissionais de nível superior que atuem ou pretendam atuar em órgãos públicos, em empresas privadas que prestem serviços ou que façam

parcerias com órgãos governamentais, em organizações do terceiro setor, movimentos sociais ou mesmo no ensino superior; servidores públicos e profissionais da área de Justiça, que objetivem iniciar e aprofundar estudos.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no Portal Pós, entrega da documentação pessoal e do diploma da graduação autenticado. Em seguida, analisados pela Instituição.

5. Justificativa do Curso

O curso tem por finalidade apresentar ao profissional que atua na área do Direito Imobiliário as novas tendências do mercado, bem como as novas tendências acadêmicas e do Judiciário nas áreas intimamente vinculadas ao Direito Imobiliário como a posse, propriedade, aspectos do direito notarial e registral, direito administrativo, ambiental, bem como outras áreas correlatadas, dando um foque prático para a solução de casos.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- O curso procura conciliar a teoria e a prática, demonstrando os principais desafios relativos ao Direito Imobiliário, trazendo ao aluno ferramentas efetivas para atuação nesses ramos jurídicos. Há uma interação simbiótica não só entre a Propriedade e seus desdobramentos, mas também com de forma interdisciplinar. Conciliam-se a teoria e a prática, o conteúdo e a didática de forma única.

6.2. Objetivos Específicos

- Capacitar e desenvolver o Profissional para atuar na área de Direito Imobiliário;
- Apresentar as atualizações legislativas e tendências doutrinárias e jurisprudenciais;
- Estudar os temas mais modernos da área imobiliária.

7. Competências e Habilidades do Curso

Competências

O Direito Imobiliário tem passado por várias transformações ao longo dos anos, principalmente com o uso de tecnologias nas operações imobiliárias. Esses temas especiais serão tratados nesse curso, proporcionando aos alunos desenvolver habilidades interdisciplinares na gestão e operação dos negócios imobiliários, prestar consultoria para empresas, técnicas de gestão de pessoas, contratuais, de negociação, ilícitos civis, dentre outras;

Habilidades

- Criar conhecimento interdisciplinar;
- Aplicar os conteúdos ministrados em aula na prática de consultoria a empresas;
- Identificar os riscos e oportunidades dos novos modelos de negócios;

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;

- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim

acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).

- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de

pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Noções gerais de direito notarial e registral aplicado ao direito imobiliário	0h	40h	40h
Direito das coisas - introdução ao direito imobiliário	0h	40h	40h
Contratos imobiliários civis	0h	40h	40h
Contratos imobiliários empresariais e afins	0h	40h	40h
Investimentos imobiliários	0h	40h	40h
Incorporação e condomínio	0h	40h	40h
Multipropriedade e loteamento	0h	40h	40h
Direito tributário imobiliário	0h	40h	40h
Operações sobre imóveis rurais	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96.** Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco.** Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Noções gerais de direito notarial e registral aplicado ao direito imobiliário.

Ementa: O regime jurídico do direito notarial e registral. Aspectos constitucionais e regulamentação da atividade. Teoria geral do direito notarial. Fé pública. Sistemas notariais. Princípios. Atuação. Teoria geral do direito registral e do registro de imóveis. Princípios registrais. Escrituração. Matrícula. Dúvida registral.

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.
- Abordar as questões referentes ao direito notarial e registral.
- Desenvolver habilidades de atuação extrajudicial.

Conteúdo Programático 1: Aspectos constitucionais do direito notarial e registral e regime jurídico dos serviços notariais e registrais. Princípios da Administração Pública aplicáveis aos notários e registradores. Competência legislativa (art. 22, XXV, da Constituição Federal). Imunidades e isenções relativas a emolumentos. Competência para instituição e majoração de emolumentos. Acesso à atividade notarial e registral, aspectos gerais. Aposentadoria compulsória. Limite remuneratório do titular e do interino. O universo extrajudicial: o direito, os delegatários, os serviços. A atividade extrajudicial: a delegação, a fiscalização, as competências. Direitos dos notários e registradores. Deveres dos notários e registradores. Responsabilidade dos notários e registradores.

Conteúdo Programático 2: Lei dos notários e registradores. Acesso à atividade notarial e registral, aspectos específicos: a delegação, os requisitos, a organização do concurso, as vagas, a Resolução 81/2009 CNJ. Regime de trabalho na serventia, prepostos. Incompatibilidades e impedimentos. Infrações disciplinares e penalidades. Extinção da delegação.

Conteúdo Programático 3: Teoria geral sobre o direito notarial e principais escrituras em espécie. Histórico do notariado e sistemas notariais. A fé pública notarial: conceito e teorias. Princípios que regem a atuação notarial. O ato notarial: conceito, competência, espécies e finalidade. Escrituração: livros, arquivos, classificadores, traslados, certidões. Escritura pública de compra e venda; de doação; de mandato e de procuração; de separação, divórcio, inventário e partilha; ata notarial.

Conteúdo Programático 4: Teoria geral do registro de imóveis e técnica registral. Histórico. Sistemas de registro. Princípios registrais: legalidade, instância, veracidade ou fé pública, unitariedade matricial, publicidade (formal), especialidade, territorialidade, continuidade, disponibilidade, prioridade,

legitimação, concentração. Escrituração. Livros. Classificadores. Matrícula. Dúvida registral.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM, José Manuel de. CLÁPIS, Alexandre Lauixo. CAMBLER, Everaldo Augusto. Lei dos Registros Públicos Comentada. Rio de Janeiro, Forense, 2014.

BRANDELLI, Leonardo. Teoria Geral do Direito Notarial. São Paulo, Saraiva, 2007.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Notários e dos Registradores Comentada. 8a ed., São Paulo, Saraiva, 2010.

LOUREIRO, Luis Guilherme. Registros Públicos - Teoria e Prática. 8a ed., Rio de Janeiro, Forense, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRANDELLI, Leonardo. Registro de Imóveis. Eficácia Material. Rio de Janeiro, Forense, 2016.

CAHALI, Francisco José et. al. Escrituras Públicas. Separação, Divórcio, Inventário e Partilha Consensuais - Análise civil, processual civil e notarial. 2a ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Função Social do Notariado - Eficiência, Confiança e Imparcialidade. São Paulo, Saraiva, 2014.

CASSETTARI, Christiano (coord). RODRIGUES, Felipe Leonardo et al. Tabelionato de Notas. 3ª ed., São Paulo, Foco, 2020.

CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis. 4a ed., Forense, Rio de Janeiro, 1998.

DIP, Ricardo. Direito de Registro e Novo Código de Processo Civil. Minha Biblioteca.

DIP, Ricardo. A natureza e os limites das normas judiciais do serviço extrajudicial. São Paulo, Quartier Latin, 2013.

DALLEDONE, Rodrigo Fernandes Lima. Função pública notarial: regime jurídico e fiscalização judicial. Curitiba: Prismas, 2016.

FERNANDO, Chaves Carlos. Tabelionato de Notas e o Notário Perfeito. 7a ed., São Paulo, Saraiva, 2012.

FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger et. al. Ata Notarial - Doutrina, Prática e Meio de Prova. São Paulo, Quartier Latin, 2010.

FILHO, B., Nicolau. *Averbações e Cancelamento no Registro de Imóveis: Doutrina e Prática*, 5ª edição.

KÜMPEL, Vitor Frederico et al. Tratado Notarial e Registral. v. III, 1a ed., São Paulo, YK Editora, 2017.

MELO, Marcelo Augusto Santana de. Teoria Geral do Registro de Imóveis: Estrutura e Função. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 2016.

ORLANDI NETO, Narciso. Retificação do Registro de Imóveis. 2a ed., São Paulo, Editora Juarez de Oliveira, 1999.

MOTTA, Alberto, C. *Manual Prático dos Tabeliães*, 12ª edição.

NETO, A., Arruda, JMD, CLÁPIS, Laizo, A., CAMBLER, Augusto, E. *Lei de Registros Públicos Comentada*, 2ª edição.

PAIVA, João Pedro Lamana. A EXPRESSÃO "MAIS OU MENOS" NO REGISTRO IMOBILIÁRIO. Disponível em: <http://online.sintese.com>. Acesso em: 23.10.2019

PEDROSO, Alberto Gentil de Almeida (coord). Coleção Direito Imobiliário, 10 volumes, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2020.

SARMENTO FILHO, Eduardo Sócrates Castanheira. A dúvida registral. Rio de Janeiro. Lumem Juris, 2011.

SARMENTO FILHO, Eduardo Sócrates Castanheira. Direito Registral Imobiliário: Teoria Geral, Curitiba, Juruá, 2017.

SARMENTO FILHO, Eduardo Sócrates Castanheira. Direito Registral Imobiliário. Sujeitos, Imóveis e Direitos Inscritíveis. v. II, Curitiba, Juruá, 2018.

PAIVA, Lamana, JP *Série direito registrado e notarial - O procedimento de dúvida e a evolução dos sistemas registrados*.

PASSARELLI, Luciano Lopes. QUEM SÃO OS "OCUPANTES" REFERIDOS NO ARTIGO 213 DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS. Disponível em: <http://online.sintese.com>. Acesso em: 23.10.2019 |

Disciplina: Direito das coisas - Introdução ao direito imobiliário

Ementa: A posse e a propriedade sob uma perspectiva jurisprudencial e doutrinária moderna. A Função social da propriedade e as diretrizes urbanísticas.

Função social da propriedade agrária. Direitos reais na perspectiva moderna. Usucapião: modalidades e procedimento, com ênfase na atuação extrajudicial.

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.
- Abordar as questões de posse e propriedade.
- Desenvolver habilidades de conciliação e negociação.

Conteúdo Programático 1: A posse e a propriedade sob uma perspectiva jurisprudencial e doutrinária moderna

Conteúdo Programático 2: A Função social da propriedade e as diretrizes urbanísticas. Função social da propriedade agrária e seus desdobramentos.

Conteúdo Programático 3: Direitos reais na perspectiva moderna – contratualização dos direitos reais.

Conteúdo Programático 4: Usucapião: modalidades e procedimento, com ênfase na atuação extrajudicial.

Bibliografia Básica:

Aquino, Á.A.S.B.D. A posse e seus efeitos, 3ª edição.

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.). Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

BRANDELLI, Leonardo Usucapião administrativa: De acordo com o novo código de processo São Paulo: Saraiva, 2016.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil, Introdução ao Direito Civil, Direitos Reais, vol. IV. São Paulo: Forense, 2022.

FULGÊNCIO, Tito, VIANA, Silva, M.A. D. Da Posse e das Ações Possessórias - Teoria Legal - Prática, 12ª edição.

MIRANDA, Caleb Matheus Ribeiro de, MELLO, Henrique Ferras Corrêa de, LAGO, Ivan Jacopetti do, BOTTEGA, Jéverson Luís. Usucapião Extrajudicial. São Paulo: IRIB, 2020.

GOMES, Orlando. Direitos Reais, 21ª edição.

Bibliografia Complementar:

SCAVONE Junior, Luiz Antonio. Direito imobiliário: teoria e prática / Luiz Antonio Scavone Junior. – 14. ed – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SALLES, José Carlos de Moraes. Usucapião de bens imóveis e móveis, 7. Ed, São Paulo, RT, 2010.

VENOSA, Salvo, S. D. Código civil comentado: direito das coisas, posse, direitos reais, propriedade, artigos 1.196 a 1.3. |

Disciplina: Contratos imobiliários civis

Ementa: Teoria Geral dos Contratos: formação do contrato e processo obrigacional (fase pré-contratual, fase de execução e fase pós-contratual) e Princípios contratuais. Aspectos teóricos e práticos da diligência imobiliária (*due dilligence*). Contrato de Venda e Compra. Contrato de Locação (Lei 8245/91). Locações Especiais e o Built to suit

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.
- Abordar as questões dos novos negócios envolvendo o uso da tecnologia.
- Desenvolver habilidades de conciliação e negociação.

Conteúdo Programático 1: Teoria Geral dos Contratos: formação do contrato e processo obrigacional (fase pré-contratual, fase de execução e fase pós-contratual) e Princípios contratuais.

Conteúdo Programático 2: Aspectos teóricos e práticos da diligência imobiliária (*due dilligence*).

Conteúdo Programático 3: Contrato de Venda e Compra.

Conteúdo Programático 4: Contrato de Locação (Lei 8245/91). Locações Especiais e o Built to suit.

Bibliografia Básica:

AGHIARIAN, Hércules. Curso de Direito Imobiliário, 12ª edição.

ANTÔNIO Jr., Valter Farid. Compromisso de compra e venda. São Paulo: Atlas, 2009.

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.). Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

BENEMOND, Henneberg, Feranda. Contratos construídos para se adequar.

GRECCO, Renato. O Momento da Formação do Contrato: Das Negociações Preliminares ao Vínculo Contratual.

GOMES, Orlando. Contratos

THEODORO Jr, Humberto. Contratos de Colaboração Empresarial

KÜMPEL, Vitor Frederico et al. Tratado Notarial e Registral. v. III, 1a ed., São Paulo, YK Editora, 2017.

MAMEDE, Gladston, MAMEDE, Cotta, E. Manual de Redação de Contratos Sociais - Estatutos e Acordos de Sócios, 4ª edição |

Bibliografia Complementar: |

MARINO, Crescenzo, FPD Contratos Coligados no Direito Brasileiro, 1ª edição.

MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais, 18ª edição

REBOUÇAS, Fernandes, R. Autonomia Privada e Análise Econômica do Contrato.

SCAVONE Junior, Luiz Antonio. Direito imobiliário: teoria e prática / Luiz Antonio Scavone Junior. – 14. ed – Rio de Janeiro: Forense, 2019. |

TEIXEIRA, Tarcisio. Compromisso e promessa de compra e venda: distinções e novas aplicações dos contratos preliminares.

Disciplina: **Contratos imobiliários empresariais e afins** |

Ementa: | Contrato de Prestação de Serviço. Contrato de Corretagem. Direito Societário e o Direito Imobiliário: contratos de cisão, fusão, incorporação empresarial e conferência de bens. Direito Societário: Sociedade em Conta de Participação; a Sociedade de Propósito Específico e Holding. |

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.
- Abordar as questões imobiliárias que envolvam o direito societário.
- Desenvolver habilidades de conciliação e negociação.

Conteúdo Programático 1: Contrato de Prestação de Serviço.

Conteúdo Programático 2: Contrato de Corretagem. Contrato de Empreitada e o Direito de Construir.

Conteúdo Programático 3: Direito Societário e o Direito Imobiliário: contratos de cisão, fusão, incorporação empresarial e conferência de bens.

Conteúdo Programático 4: Direito Societário: Sociedade em Conta de Participação; a Sociedade de Propósito Específico e Holding.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.).

Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

Coltro ACM *Contrato de correção imobiliária: doutrina, jurisprudência e uso*, 4ª edição.

Fontoura, RB *Contratos de Prestação de Serviços e Mitigação de Riscos*.

MAMEDE, Gladston. *Holding Familiar e suas Vantagens - Série Soluções Jurídicas*.

MAMEDE, Gladston. *Direito Societário-Sociedades Simples e Empresárias - Direito Empresarial Brasileiro*, 10ª edição

Bibliografia Complementar:

Miedzinski, JC Planejamento Empresarial: Observando a Teoria e Construindo a Prática.

Oliveira, DDPRD Holding, Administração Corporativa e Unidade Estratégica de Negócios, 5ª edição.

Ramires, Rogério. A Sociedade em Conta de Participação no Direito Brasileiro.

Sousa, EPD Contabilidade de Contratos de Construção e Incorporação Imobiliária: De acordo com as IFRS.

VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial

Disciplina: Investimentos imobiliários

Ementa: Fundo de Investimento e Equity Crowdfunding. Securitização de recebíveis imobiliários e Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRIs. Cédula

de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Imobiliário. Garantias Imobiliárias – Reais e Pessoais. Alienação Fiduciária em Garantia.]

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.
- Abordar as questões envolvendo investimento imobiliário.
- Desenvolver habilidades de conciliação e negociação.

Conteúdo Programático 1: [Fundo de Investimento e Equity Crowdfunding.]

Conteúdo Programático 2: [Securitização de recebíveis imobiliários e Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRIs.]

Conteúdo Programático 3: [Cédula de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Imobiliário.]

Conteúdo Programático 4: [Garantias Imobiliárias – Reais e Pessoais. Alienação Fiduciária em Garantia.]

Bibliografia Básica: [

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.). Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

CHALHUB, Namem, M. Alienação Fiduciária - Negócio Fiduciário, 6ª edição.

DANTZGER, Camargo, A. C. Alienação Fiduciária de Bens Imóveis, 3ª edição.

Demaria, Cyril, Sasso, R. Introdução ao Private Equity .

NETO, M., Carlos. A Responsabilidade do Cotista de Fundo de Investimento em Participações.]

Bibliografia Complementar: [

OLIVEIRA, Hilário e outra. LETRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais | vol. 57/2012 | p. 201 | Jul / 2012 | DTR\2012\450604

RIBEIRO, Moacyr Petrocelli de Ávila. Alienação Fiduciária de Bens Imóveis, *in* PEDROSO, Alberto Gentil de Almeida (coord), Coleção Direito Imobiliário. Volume 10, Tomo I e II, 2 ed. São Paulo, RT, 2022.

POMPEU, Nathalia Correia. A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO DIGITAL - UMA PERSPECTIVA À EFETIVIDADE DO PROJETO DE LEI EM

TRAMITAÇÃO. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais | vol. 65/2014 | p. 113 - 120 | Jul - Set / 2014 | DTR\2014\15152

Roque, Romeu, P. Securitização de Créditos Vencidos e Pendentes de Pagamento e Risco Judicial.

Silva, e, FRP Garantias Imobiliárias em Contratos Empresariais: Hipoteca e Alienação Fiduciária.

SILVA, João Luiz Frossard Pestana da. ALTERNATIVAS DE NON EQUITY FUNDING PARA JOINT VENTURES INTERNACIONAIS SEDIADAS NO BRASIL. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais | vol. 84/2019 | p. 173 - 195 | Abr - Jun / 2019 | DTR\2019\34702

Disciplina: Incorporação e condomínio

Ementa: Conceito de incorporação imobiliária. Obrigatoriedade. Espécies. Qualificação registral e procedimento de registro. Modificações. Patrimônio de afetação. Condomínio edilício. Espécies. Instituição e especificação. Atos registrais e procedimento de registro. Condomínio de fato e sua regularização.

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.
- Abordar as questões da incorporação imobiliária, loteamento e parcelamento do solo.
- Desenvolver habilidades de conciliação e negociação.

Conteúdo Programático 1: Natureza jurídica da incorporação. Obrigatoriedade. O incorporador. Espécies de incorporação: a preço fechado, por administração, por empreitada. Qualificação e procedimento de registro: impedimentos e análise da documentação exigida. Modificação da incorporação. Patrimônio de afetação.

Conteúdo Programático 2: Espécies de condomínio: voluntário ou necessário, condomínio especial ou edilício, condomínio por frações ideais, condomínio de lotes. Instituição e especificação de condomínio. Atos registrais e procedimento de registro. O ato registral único (§15, no art. 32, da Lei 4.591/1964).

Conteúdo Programático 3: Condomínio de fato e a sua regularização em empreendimentos irregulares. Aspectos obrigacionais. |

Conteúdo Programático 4: Condomínio edilício: direitos e deveres dos condôminos. Convenção condominial: temas polêmicos. |

Bibliografia Básica: |

AMADEI, Vicente de Abreu. AMADEI, Vicente Celeste. Como Lotear Uma Gleba, 4 ed. São Paulo: Millennium, 2014.

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.). Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Sérgio Mayer. A incorporação imobiliária e a finalidade precípua do artigo 32 da Lei nº 4.591/1964. Disponível em: <http://online.sintese.com>. Acesso em: 23.10.2019

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Restrições convencionais de loteamento - Obrigações *propter rem* e suas condições de persistência. Revista dos Tribunais, vol. 741/1997, pp. 115 – 122, jul. 1997

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.). Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

CHALHUB, Melhim Namem. Incorporação Imobiliária, 4ª edição. |

Bibliografia Complementar: |

DIP, Ricardo Henry Marques. Plantas de Loteamentos. Revista de Direito Imobiliário | vol. 16/1985 | p. 148 - 148 | Jul - Dez / 1985 | DTR\2011\3230

FORTE, Hugo Fernando Salinas. Alguns aspectos do processo de impugnação de registro de loteamento. Revista de Direito Imobiliário | vol. 10/1982 | p. 46 - 47 | Jul - Dez / 1982

MELLO, Cleyson de Moraes. Condomínio: doutrina, legislação, jurisprudência, peças processuais. Rio de Janeiro. Freitas Bastos Editora. Maria Augusta Delgado. 2017

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Condomínio e Incorporações, 14 ed. São Paulo: Forense.

SANTOS, Reinaldo Velloso do. Cidades sustentáveis e a revisão das restrições convencionais de loteamentos. Revista de Direito Imobiliário | vol. 86/2019 | p. 133 - 150 | Jun / 2019 | DTR\2019\32110

SOUSA, E.P.D. Contabilidade de Contratos de Construção e de Incorporação Imobiliária: De Acordo com as IFRS. |

Disciplina: Multipropriedade e loteamento |

Ementa: Multipropriedade. Regime jurídico. Relação com o condomínio edilício. Instituição e constituição. Alienação de unidades periódicas. Administração. Regime de intercâmbio e sistema de *pool*. Fracionamento do solo urbano. Disciplina normativa. Loteamento clandestino ou irregular. Loteamento fechado. Qualificação registral e procedimento de registro. Restrições convencionais. Alterações e cancelamento. Lei do distrato. Responsabilidade civil nos empreendimentos imobiliários. Solução de conflitos. |

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.
- Abordar as questões acerca do condomínio edilício.
- Desenvolver habilidades de conciliação e negociação.

Conteúdo Programático 1: Multipropriedade. Regime legal. Condomínio Multiproprietário. Nomenclatura. Características. Instituição e constituição. Administração. Alienação da unidade periódica. Regime de intercâmbio. Sistema de *pool*. Extinção. |

Conteúdo Programático 2: Fracionamento do solo urbano. Terminologia. Disciplina normativa. Objeto do fracionamento. Classificação dos loteamentos: loteamento clandestino, irregular e fechado, diferenciação do condomínio de lotes. |

Conteúdo Programático 3: O registro especial de loteamento. Procedimento de registro. Restrições convencionais. Infraestrutura básica. Alterações no registro de loteamento. Cancelamento do registro especial. |

Conteúdo Programático 4: Lei do distrato (Lei 13.786/2018) e seu impacto nas vendas de unidades autônomas e de lotes. Aspectos obrigacionais. Responsabilidade civil na incorporação imobiliária e no loteamento. Arbitragem e meios adequados para solucionar conflitos. |

Bibliografia Básica: |

ARAÚJO, Carlos. Condomínio indivisível. Direito de preferência. Escritura pública de compra e venda. Condômino preterido. Validade do negócio jurídico. Disponível em: <http://online.sintese.com>. Acesso em: 23.10.2019

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Restrições convencionais de loteamento - Obrigações *propter rem* e suas condições de persistência. Revista dos Tribunais | vol. 741/1997 | p. 115 - 122 | Jul / 1997

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.). Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

CHALHUB, Melhim Namem. Incorporação Imobiliária, 4ª edição.

_____. Multipropriedade – uma abordagem à luz do Recurso Especial

1.546.165-SP. Revista de Direito Imobiliário | vol. 82/2017 | p. 71 - 86 | Jan - Jun / 2017 | DTR\2017\2479

PEDROSO, Alberto Gentil de Almeida. Comentários à Lei da Multipropriedade (Lei n. 13777/2018): artigo por artigo. São Paulo: RT, 2020. |

Bibliografia Complementar: |

Filho, E., R.C. Condomínio Edilício: Aspectos de Direito Material e Processual.

MELLO, Cleyson de Moraes. Condomínio: doutrina, legislação, jurisprudência, peças processuais. Rio de Janeiro. Freitas Bastos Editora. Maria Augusta Delgado. 2017 (biblioteca virtual)

MELO, Marcelo Augusto Santana de. Multipropriedade Imobiliária. Revista de Direito Imobiliário | vol. 70/2011 | p. 19 - 80 | Jan - Jun / 2011

PEREIRA, Silva, C.M. D. Condomínio e Incorporações, 13ª edição.

PUGLIESE, Roberto J. Time Sharing, Flat Service, Apart Hotel, Shopping Center, Condomínios e Loteamentos Fechados - Expressões Modernas do Direito de

Propriedade. Revista dos Tribunais | vol. 733/1996 | p. 733 - 762 | Nov / 1996 | DTR\1996\488

RIZZARDO, Arnaldo. Condomínio Edifício e Incorporação Imobiliária, 7ª edição. VIANA, S., M. A. Manual do Condomínio Edifício - Arts. 1.331 a 1.358 do Código Civil. |

Disciplina: Direito tributário imobiliário

Ementa: Aspectos conceituais e principiológicos do Direito Tributário. INSS sobre a obra e outros Tributos Federais incidentes nas operações imobiliárias. ITCMD sobre a operação imobiliária e outros Tributos Estaduais incidentes nas operações imobiliárias. ITBI sobre a operação imobiliária e outros Tributos Municipais incidentes nas operações imobiliárias. Planejamento Tributário Imobiliário.

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.
- Abordar as questões tributárias envolvendo os negócios imobiliários.
- Desenvolver habilidades de atuação extrajudicial.

Conteúdo Programático 1: Aspectos conceituais e principiológicos do Direito Tributário.

Conteúdo Programático 2: INSS sobre a obra e outros Tributos Federais incidentes nas operações imobiliárias

Conteúdo Programático 3: ITCMD sobre a operação imobiliária e outros Tributos Estaduais incidentes nas operações imobiliárias. ITBI sobre a operação imobiliária e outros Tributos Municipais incidentes nas operações imobiliárias.

Conteúdo Programático 4: Planejamento Tributário Imobiliário

Bibliografia Básica: |

Aires F. Barreto Título: IPTU: Correção do valor do imposto, sem atualizar o valor do imóvel - exigência ilegal e inconstitucional. Disponível em: <http://online.sintese.com>. Acesso em: 23.10.2019

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.). Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, 14ª edição.

BRANDELLI, Luiza Fontoura da Cunha e outra. O ITBI na cessão dos compromissos de compra e venda de bens imóveis. Revista de Direito Imobiliário | vol. 82/2017 | p. 87 - 106 | Jan - Jun / 2017 | DTR\2017\2476

ELIAS, Eduardo Arrieiro. A (não) incidência do ITBI na integralização de cotas de fundos de investimentos imobiliários mediante conferência de bens imóveis. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais | vol. 80/2018 | p. 107 - 128 | Abr - Jun / 2018 | DTR\2018\14375

Bibliografia Complementar:

LEITE FILHO, Fernando Rudge. O acrescido pelo respectivo proprietário ao bem inalienável não fica abrangido pelo vínculo. Revista de Direito Imobiliário | vol. 82/2017 | p. 633 - 636 | Jan - Jun / 2017 | DTR\2017\2463

Marcondes, Fernando. O Direito na Construção no Ambiente Internacional: Contribuições para a Consolidação de uma Lex Constructionis.

PAUSEN, Leandro. Curso de direito tributário – completo.

SABBAG, Eduardo. Estudos Tributários, v. 2.

SCHOUERI, Eduardo, L. Direito tributário.

Sousa, E.P.D. Contabilidade de Contratos de Construção e de Incorporação Imobiliária: De acordo com as IFRS. |

Disciplina: Operações sobre imóveis rurais

Ementa: Conceito de imóvel rural. Tamanho mínimo do imóvel rural. Exceções. Georreferenciamento. Cadastro rural. SNCR, CCIR. CAR, CAFIR. Descaracterização do imóvel rural. Registro de imóveis rurais, registro *torrens*, aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. Regularização. Desapropriação. Compra e venda de imóvel rural. Parcelamento.

Competências e Habilidades:

- Capacitar o aluno para as tendências do mercado jurídico diante das inovações imobiliárias.

- Abordar as questões ambientais referentes aos negócios imobiliários.
- Desenvolver habilidades de conciliação e negociação.

Conteúdo Programático 1: Imóveis rurais. Conceito. Impacto tributário. Tamanho mínimo do imóvel rural: conceito de módulo rural, fração mínima de parcelamento e módulo fiscal. Exceções ao tamanho mínimo do imóvel rural. Georreferenciamento. Cadastro rural. Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR). Cadastro Ambiental Rural (CAR). Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR) e o ITR.

Conteúdo Programático 2: Descaracterização do imóvel rural. Subsistemas registraes rurais: registro de imóveis rurais, registro torrens, aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. Regularização fundiária rural. Desapropriação de imóvel rural: tipos, aspectos registraes, reforma agrária. Compra e venda de imóvel rural. Parcelamento do imóvel rural: para fins agrários e para fins urbanos.

Conteúdo Programático 3: Avaliação de passivos ambientais em terrenos e o desenvolvimento imobiliário em áreas contaminadas.

Conteúdo Programático 4: O direito agrário e seus principais contratos.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Marcello Rennó de Siqueira. O direito de construir e as licenças de construção: breves apontamentos sobre a regularização imobiliária. Revista de Direito Imobiliário | vol. 83/2017 | p. 203 - 231 | Jul - Dez / 2017 | DTR\2017\6956

Armando José Farah. Florestas e registro de imóveis (Provimento Nº 1/01 - CGJ/RS). Disponível em: <http://online.sintese.com>. Acesso em: 23.10.2019

AZEVEDO, Fábio de Oliveira e MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord.). Direito imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira. São Paulo: Atlas, 2015.

BARBOSA, Pereira, R. Avaliação de Risco e Impacto Ambiental.

BÜHRING, Marcia Andrea. Função socioambiental da propriedade. Volume 1. Caxias do Sul, RS. EDUCS. 2017

BÜHRING, Marcia Andrea. Função socioambiental da propriedade. Volume 2. Caxias do Sul, RS. EDUCS. 2017

Bibliografia Complementar:

CASSETTARI, C. Direito Agrário: Atualizado com as Leis nºs 13.001/14, 13.043/14 e EC 81/14, 2ª edição.

FERRETTO, Vilson. Contratos agrários, 2ª edição.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro.

FIORILLO, Fiorillo, C., MARQUES, Renata. Direito Ambiental Contemporâneo, 1ª edição.

FIORILLO, Pacheco, C. A. Direito ambiental tributário.

JR., P., Arlindo, FREITAS, de, V. P., SPÍNOLA, (eds.), A.L. S. Direito Ambiental e Sustentabilidade.

(Coords.), LFSZETRQ Agronegócios: Gestão, Inovação e Sustentabilidade Fundamentos de controle empresarial.

MARTINS, Octaviano, *in* Curso de Direito Marítimo, volume III: Contratos e Processos.

MARCONDES, Fernando. O Direito na Construção no Ambiente Internacional: Contribuições para a Consolidação de uma Lex Constructionis.

MARQUES, Ferreira, B., MARQUES, Silva, C. R. Direito Agrário Brasileiro, 12ª edição.

MEKKI, Mustapha. Contrato E Outros Direitos - Desenvolvimento Sustentável Cessão De Direitos Sobre A Área Poluída E Transferência Do Passivo Ambiental Revista de Direito Imobiliário | vol. 79/2015 | p. 373 - 396 | Jul - Dez / 2015 | DTR\2016\28

SANTELLO, Pinto, F. L. Direito tributário ambiental: recursos hídricos.

TRENNEPOHL, Dorneles, T. Direito ambiental empresarial, 1ª edição

Trentini, Flavia. Teoria geral do direito agrário contemporâneo.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as

especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

